

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Como medida preventiva no combate à pandemia da Covid-19, e no seguimento de sucessivos Estados de Emergência declarados em Portugal, foi ditado, no mês de março, o encerramento dos Centros de Dia.

Este encerramento, embora reconhecido por toda a gente como uma medida de prevenção da saúde dos seus utentes, profissionais e familiares, trouxe consigo uma série de problemas para as famílias e para os utentes destes espaços.

A situação atual sobrecarregou, de forma repentina e sem qualquer planeamento, milhares de novos cuidadores informais a tempo inteiro. Noutros casos, o encerramento dos centros de dia colocou as pessoas idosas completamente sozinhas, com problemas de saúde e de mobilidade. As famílias ou outros cuidadores desesperam por uma resposta perante o cansaço e a incapacidade em cuidar dos seus familiares.

Para os cuidadores e cuidadoras familiares quem não tem acesso ao teletrabalho ou não se encontram em lay-off, a escolha até agora parece ser entre a prestação de cuidados ou continuar a ir trabalhar. No entender do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, é muito importante que o Estado tenha um papel ativo na resolução destes problemas.

Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda propôs, por duas vezes, a criação de um apoio aos cuidadores de pessoas que frequentam Centros de Dia e que ficaram, em virtude do encerramento, com os idosos e as pessoas doentes em casa. Esta proposta, infelizmente, foi chumbada nas duas vezes em que foi votada, a última das quais no contexto do orçamento suplementar. Esta situação é de uma enorme injustiça e o Bloco continua a defender que, se não há abertura, tem de haver um apoio extraordinário para que estes cuidadores possam ficar em casa e manter rendimento.

Outra situação que causa estranheza ao Bloco é o facto de haver Instituições Particulares de Solidariedade Social que, tendo encerrado os Centros de Dia, não converteram em apoio

domiciliário o tempo de trabalho dos funcionários daqueles equipamentos. É preciso sublinhar que esta reconversão resulta de uma orientação do Governo relativamente às instituições que encerraram, muito embora a Segurança Social não esteja a exigir o seu cumprimento pleno pelas IPSS, argumentando que tal procedimento só seria obrigatório para as IPSS que já tivessem previamente montada a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário.

Tal falta de exigência perante as IPSS é incompreensível, tendo em conta que Segurança Social manteve sempre todas as transferências de verbas para as IPSS relativas aos Centros de Dia encerrados, o que significa que as instituições estão a receber esse dinheiro e não reabrem os centros nem colocam os profissionais a fazer o tal apoio domiciliário. É uma situação incompreensível, dado que, nestes casos, o dinheiro do Estado continua a ser transferido e os utentes continuam sem respostas.

Para além dos impactos nas famílias e nos idosos, é também importante lembrar que cerca de metade dos utentes dos centros de dia tem algum tipo de demência, ainda que em estado inicial. Isto significa que existem milhares de utentes de centros de dia que estão ao cuidado dos seus familiares, sem acompanhamento diferenciado e qualificado na área da saúde, ou, no pior dos cenários, encontram-se sozinhos. Os utentes com estados demenciais e dependências começam a ver os seus quadros agravados devido à falta de acompanhamento especializado e, com as rotinas abruptamente alteradas e as sem as atividades desenvolvidas, as famílias desdobram-se no que lhes é possível fazer sem qualquer tipo de resposta no horizonte.

Posto isto, para o Bloco de Esquerda, a abertura dos Centros de Dia deve ser planeada e tendo a saúde dos seus utentes e profissionais como prioridade. Por outro lado, uma medida preventiva de um problema (o contágio da COVID-19) não deve significar o agravamento de outro. Perante a gravidade da situação é urgente que seja encontrada uma resposta capaz de salvaguardar as vidas destas pessoas e a saúde pública.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Que medidas de apoio estão a ser levadas a cabo para mitigar os efeitos do encerramento dos Centros de Dia? Que respostas sociais estão a ser delineadas face à carência de uma resposta aos utentes?
2. Quantas instituições converteram as verbas e os profissionais destinados aos Centros de Dia encerrados em resposta de apoio domiciliário?
3. Por que razão essa exigência não se estende a todas as IPSS que continuam a receber as transferências do Estado ao abrigo dos acordos de cooperação?
4. Qual o plano da tutela relativamente à reabertura dos Centros de Dia?
5. Que medidas estão a ser desenhadas no sentido de garantir uma reabertura que salvguarde a segurança dos utentes destes centros?
6. Tem a tutela dados sobre quais os impactos deste encerramento na saúde mental dos utentes?
7. Existem planos para o reforço da resposta destes centros após a sua reabertura?
8. Está disposto o Governo a aplicar o apoio extraordinário aos cuidadores das pessoas que, em virtude do encerramento dos centros de dia, permanecem em casa, tal como proposto pelo Bloco?

Palácio de São Bento, 23 de julho de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)